

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO
ESTADO DO TOCANTINS – CERH/TO

Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às 8h30 na sala de reunião da SEMARH, o Presidente do CERH **Renato Jayme da Silva**, fez a abertura Oficial da 37º RO e deu as boas-vindas aos conselheiros Pedro Alves da Silva (Administração Hidroviária do Tocantins e Araguaia - AHITAR), Nelita Gonçalves Faria de Bessa (Comunidade Científica), Antonio Rodrigues da Silva Neto (Concessionária de Serviço Público de Abastecimento de Água – BRK AMBIENTAL), Antônio Batista de Sá (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins - FETAET), Marcelo Falcão Soares (Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS), Vilmar Ferreira de Oliveira e Francisco José Pinheiro Brandes Júnior (Ministério Público Estadual - MPE), Itamar da Silva Xavier e Davis Miranda de Souza (Organizações Cíveis de Recursos Hídricos Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da Bacia Hidrográfica do Médio Tocantins – CI - LAGO), Fernanda Raquel Freitas de Sousa Rolim (Procuradoria Geral do Estado do Tocantins - PGE), Vilmar Carneiro Wanderley (Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - SICS), Renato Jayme da Silva e Aldo Araújo de Azevedo (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH), Antônio Cássio Oliveira Filho (Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Aquicultura - SEAGRO) e convidados, apresentou a pauta da reunião, **1.** Abertura **2.** Ordem do dia: **I.** Aprovação da Ata da 36ª RO do CERH (SGD: 2019/39009/001828); **II.** Apreciação do pedido de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Palma (SGD: 2018/39001/000013); **III.** Referendar as resoluções CERH aprovadas *ad referendum* do Plano de Metas do PROGESTÃO (SGD: 2019/39001/000002); **3.** Palavra Livre; **4.** Encerramento. Foi dada posse aos novos Conselheiros do CERH. **I.** Aprovação da Ata da 36ª RO do CERH, o Presidente do CERH confirmou se os presentes tinham lido a ATA e se era necessário alguma alteração, sem manifestação foi feita a votação e aprovada por unanimidade. **II.** Apreciação do pedido de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Palma, **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) deu continuidade na reunião falando da demanda dos usuários da água da Bacia do Rio Palma, da necessidade de criação do Comitê de Bacias e do Parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, sem manifestações sobre o pedido, foi iniciada a votação pelo Presidente do CERH aprovado por unanimidade por todos os membros presentes e reforçou que a Câmara Técnica assessora esse conselho em todas as decisões, mas a Plenária é soberana e precisa de suporte na área. Em seguida fez a Leitura da Resolução CERH nº 83/2019 onde esse Comitê está sendo criado. **Vilmar** (SIC) cumprimenta a todos e diz que as PCHs têm duas grandes importâncias para a sociedade e para o Estado no âmbito social e econômico. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) retorna agradecendo as colocações e diz que o que a Câmara Técnica discutiu foi quanto à criação do Comitê de Bacias e eles comprovaram que há um conflito eminente entre Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs, Turismo e Pecuária, pois as PCHs se sentem prejudicada pelo assoreamento dos rios principalmente pela atividade pecuária e o Turismo se sente ameaçado pela instalação dos PCHs, e dentro do Comitê de Bacias essa discussão vai mais a fundo e é justamente para isso que o Comitê foi criado. **Davis** (CI-LAGO) inicia sua fala parabenizando a SEMARH pela atitude de criar esse Comitê para que ele possa atuar em conjunto na resolução dos problemas. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) explica que os

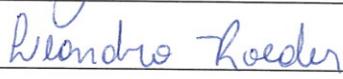
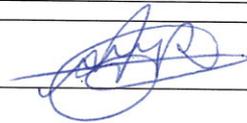
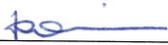
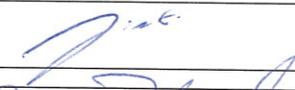
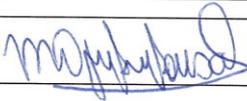
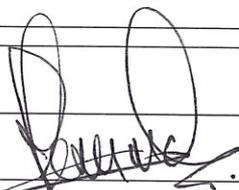
51 Comitês têm a grande missão de ajudar e todos os membros, tem a grande
 52 responsabilidade na condução desses processos com a experiência profissional
 53 que cada um tem. **Itamar** (CI-LAGO) a criação desses Comitês vem cooperar
 54 para que o nosso Sistema fique mais forte, para que ele venha cooperar junto ao
 55 NATURATINS para ter uma resposta à altura quanto a capacitação e ao suporte
 56 que podemos ter no nosso Estado. **Renato** (SEMARH) coloca em votação a
 57 Minuta da Resolução que foi aprovada por unanimidade. **III.** Referendar as
 58 resoluções CERH aprovadas *ad referendum* do Plano de Metas do
 59 PROGESTÃO, em seguida **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) informa que
 60 as 5 (cinco) resoluções passaram pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos
 61 pois tinha prazos a cumprir com a Agência Nacional de Água (ANA). Estas
 62 resoluções já foram disponibilizadas a todos os conselheiros e foram assinadas
 63 *ad referendum*, pelo Presidente do CERH, para não perdermos o recurso do Pró-
 64 Gestão que é um dos principais convênios que temos hoje para o financiamento
 65 da Gestão dos recursos hídricos do Estado do Tocantins. Inclusive para ter uma
 66 transparência maior nas decisões tomadas pelo Presidente do CERH, quando
 67 uma resolução é aprovada *ad referendum*, na reunião seguinte é submetida à
 68 apreciação da plenária desse conselho juntamente com o parecer da Câmara
 69 Técnica, conforme o regimento interno deste conselho. **Davis** (CI-LAGO) diz que
 70 participou da reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e assinou o
 71 parecer, de outra maneira entendemos a legalidade e o conteúdo das resoluções
 72 entendendo que eles não teriam efeitos futuros danosos com relação ao que
 73 estava sendo enviado para a ANA (Agência Nacional de Água), pois são ações
 74 que esse Conselho poderá avaliar durante esse período. **Vilmar** (SIC) as
 75 aprovações *ad referendum* são ações necessárias em função da questão da
 76 continuidade dos serviços públicos e de que a origem vem da sociedade, ela tem
 77 o sentido de cumprimento das metas para que essas instituições obtenham seus
 78 recursos. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) reforça que a Plenária terá todo
 79 o tempo para rever o que for preciso, mudar, readequar a tudo que foi previsto e
 80 agradece a participação das Câmaras Técnicas e da Plenária por tratarem de
 81 assuntos específicos com pessoas que são da área e agradece também a
 82 participação de todos conselheiros e o Parecer foi aprovado. **Vilmar** (SIC) faz
 83 colocações no sentido das contribuições desse conselho no momento
 84 econômico para o Estado do Tocantins. Atualmente temos pilotando a nossa
 85 Secretaria um Secretário com larga experiência de nível nacional e internacional
 86 na atração de investimentos e promoveu muito bem isso no Estado de Goiás
 87 aumentando o número de empregos, empresas e arrecadações, então irá
 88 contribuir com nosso Estado e temos que apoiar juntamente com a sociedade,
 89 dos representantes das instituições, dos secretários e esse conselho tem uma
 90 grande importância. E a questão ambiental é um fator de avanço ou retração
 91 com relação à competitividade entre os estados brasileiros e a concorrência pela
 92 captação dos capitais é um elemento acirrado quando um Estado oferece
 93 condições acessíveis. Então essa colocação eu faço para dizer que temos uma
 94 oportunidade se a sociedade, os gestores públicos entenderem as instituições
 95 representativas do setor privado também se unirem para conseguirmos dar um
 96 passo do tamanho que a gente espera desde longa data. Esperamos que
 97 venham grandes empresas para o Tocantins, que grandes grupos econômicos
 98 chegam até nós, eu cito um exemplo do Maranhão que tem um governo do PC
 99 do B que está fazendo uma gestão capitalista das mais acirradas de maior
 100 capacidade de concorrência a nível nacional, então em tese o que seria um

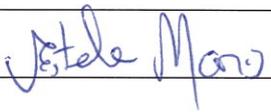
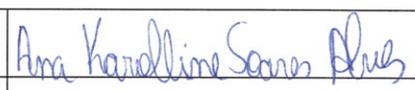
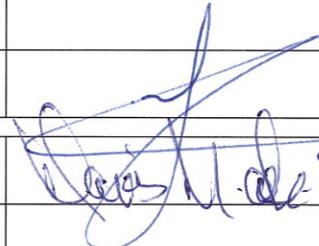
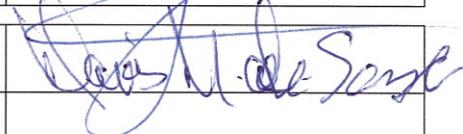
101 governo socialista é na verdade um capitalista de grande capacidade
 102 competitiva, então com isso eu digo o seguinte, a Secretaria de Indústria e
 103 Comércio e Serviços de hoje do Estado é um elemento que pode contribuir
 104 efetivamente para alavancar o crescimento econômico do Estado, na melhoria
 105 da geração de renda, emprego e arrecadação do setor público. Esses fatores
 106 necessitam de suporte da sociedade, precisamos de cooperação, pois
 107 precisamos do Meio Ambiente, da Secretaria da Fazenda, do NATURATINS e
 108 de várias instituições, apoio empresarial do setor financeiro, precisamos de todos
 109 para alavancar. **Renato** (SEMARH) acha importante uma condição para que se
 110 tenha um ambiente positivo, ou seja, equilíbrio entre a necessidade de
 111 desenvolvimento do Estado, pois o Tocantins já está com 30 (trinta) anos e se
 112 falam muito do início da industrialização do Tocantins, pois não aconteceu como
 113 a gente imaginava e esse processo de industrialização no nosso país é bastante
 114 crítico com toda a política monetária e o país depende da política monetária e
 115 principalmente dos relacionamentos internacionais, mas parece que o Tocantins
 116 encontrou um caminho e abriu os olhos para uma visão que é a do agronegócio
 117 de uma forma integrada, então eu acho que com os projetos e com nós a frente
 118 do Meio Ambiente com essa missão, vamos fazer isso de modo consciente
 119 cuidando do nosso maior patrimônio que é a natureza, nossos rios, nossas
 120 florestas com todo o potencial do Meio Ambiente que o Tocantins tem, criar esse
 121 clima favorável, porém com muita responsabilidade. Falando de todos os
 122 projetos e todas as ações que são necessárias eu quero até o dia 02 (dois) de
 123 agosto instituir essa agenda do Meio Ambiente juntamente com outras
 124 secretarias e órgãos para que possamos buscar esse caminho e entrar com
 125 investimento para o Estado do Tocantins. Pensando num Tocantins para os
 126 nossos filhos, netos, pensando para daqui algum tempo e criar esse
 127 desenvolvimento favorável. O Itamar citou o caso do Maranhão e eu conheço
 128 algumas ações que estão sendo feitas lá e realmente eu acho que o modelo é
 129 esse e principalmente nós entendermos o direcionamento, a forma de pensar do
 130 presidente Bolsonaro em momentos polêmicos críticos e o próprio Ministro
 131 Ricardo Salles. Em busca de um novo desenvolvimento para o país é um grande
 132 desafio para todos nós e que nós vamos fazer com excesso de responsabilidade.
 133 Acho que esse é o grande desafio nosso para que possamos preservar mais e
 134 também das condições para que a sociedade possa buscar seus caminhos e ter
 135 um ambiente favorável. **Davis** (CI-LAGO) nós estamos aqui nesse Conselho
 136 representando as organizações civis de recursos hídricos e essa equipe vem
 137 tratar das condições de recurso hídricos do Estado do Tocantins, nós
 138 representamos os 07 (sete) municípios impactados pela UHE inclusive o Falcão
 139 já me recebeu duas vezes e sempre que ele solicita a gente vai discutindo
 140 juntamente para recursos hídricos quando for o caso. Nessa situação de
 141 representante das relações de recursos hídricos nós damos um suporte para os
 142 Comitês de Bacia Hidrográfica e o Sr. Jair solicitou a gente para que fizéssemos
 143 a leitura dessa situação que ele colocou em Ofício ao Conselho Estadual, uma
 144 moção de repúdio à ação judicial da Bacia do Rio Formoso. Após a leitura ele
 145 explica que esse pedido vem no sentido de que o Conselho que já foi feito pelo
 146 Comitê e não foi atendido no seu formato específico e peço ao conselho que
 147 encaminhe as instituições falando qual é o procedimento comum de nível
 148 administrativo até então chegar ao nível judiciário e aí cabe ao nosso presidente
 149 observar sobre o envio dessa moção que é um documento orientativo ao
 150 Ministério Público para que se faça seguir o que está dentro da nossa legislação.

151 **Antônio** (FETAET) com essa nota de repúdio me veio imediatamente a vontade
 152 de falar. Todos nós sabemos que o nosso Brasil rege pela legislação maior que
 153 é a constituição e ela nos garante o direito da democracia e para fazer
 154 democracia foi justamente constituído os poderes que também devem ser
 155 respeitados que são o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Nós recentemente
 156 temos presenciado no Brasil que daqui uns dias o Judiciário vai ser riscado da
 157 Constituição por que ele não pode mais fazer nenhuma ação contra o Executivo
 158 e o Legislativo, pois é considerado como um excesso de fiscalização. Todos nós
 159 sabemos também a importância que tem as ações do Ministério Público e que
 160 tem feito um brilhante trabalho e eu participei do encontro dos Comitês de Bacias
 161 aqui em Palmas e a gente presenciou inclusive uma exposição que foi o juiz que
 162 falou trazendo as ações que foram feitas para o Comitê de Bacias de Formoso
 163 do Araguaia e Lagoa da Confusão trazendo um pouco do resultado desse
 164 processo que resultou num monitoramento mais sistemático do uso da água
 165 daquela região e foi considerado no momento pela maioria das pessoas muito
 166 importante pelo resultado em sustentabilidade e no Tocantins 87% dos
 167 municípios tem água contaminada e o maior bem que nós temos pela nossa
 168 localização. Onde nós vamos parar se a gente não tiver quem cuida, pois está
 169 comprovado que as ações do Legislativo e do Executivo tem sido poucas. O
 170 resultado das ações do agronegócio no Formoso do Araguaia e na Lagoa da
 171 Confusão impacta a água utilizada num processo de irrigação por inundação
 172 onde se usa agrotóxico. A água sai contaminada dali e volta novamente para o
 173 lençol freático. E o Ministério Público precisa sim continuar fazendo ações senão
 174 os nossos filhos e os nossos netos não terão mais esse bem bonito, pois essa
 175 água está sendo contaminada a cada dia e nós precisamos zelar por ela. E o
 176 Ministério Público e o Judiciário fazem ações por que estão percebendo que a
 177 legislação não está sendo observada e se nós quisermos pensar em
 178 sustentabilidade vamos ter que pensar nas futuras gerações e não temos um
 179 alimento mais saudável que a água e ela está contaminada por diversos tipos de
 180 agrotóxicos, esgoto, lixo e por tudo mais que é jogado nas nossas águas que é
 181 um bem precioso que a natureza nos oferece. **Nelita** (Comunidade Científica
 182 /UNIRG) cumprimenta o novo Secretário e diz que o desafio dos recursos
 183 hídricos persiste ao longo das gerações e é muito importante a continuidade no
 184 aspecto nos comitês e para os novos conselheiros certamente que já tem
 185 conhecimento. No comitê de Bacias de Santa Tereza e do Santo Antônio todo
 186 processo de mobilização se deu com engajamento das instituições e do ensino
 187 e da gestão municipal com a prefeitura e de todo suporte da Secretaria de
 188 Recursos Hídricos só para retratar e hoje lá o processo democrático de escolha
 189 e votação preconizado na legislação específica. O representante da prefeitura é
 190 o presidente do Comitê de Bacias lá, que é um representante do Poder Público,
 191 contando também para a sua composição com representantes da sociedade civil
 192 organizada e dos usuários de água. A ideia fazendo essa moção de reforço para
 193 o secretário que é uma descentralização da gestão das águas e também por isso
 194 reforço na moção que Jair colocou, eu entendo como orientativa e endosso o
 195 que o colega diz que que o Ministério Público é muito relevante, a gente tem
 196 acompanhado o foco das águas em Brasília que está em uma ação de
 197 sensibilização da sociedade nas questões educativas e não só na parte de
 198 punição. Ele tem mesmo que existir na vigilância e no papel de Ministério a gente
 199 não pode confundir que é o que você está colocando bem adequadamente eu
 200 entendo aqui que essa moção é no sentido de que uma vez que os problemas

201 são evidenciados o Ministério Público encontre no Comitê de Bacias informações
 202 que subsidiassem no rio Formoso e que a gente sabe que tem estudos técnicos
 203 feitos pelas universidades com relação às águas, por isso o Ministério Público
 204 deve monitorar e punir o que vier a ocorrer. **Renato** (SEMARH) o ofício de moção
 205 do Comitê de Bacias não foi inserido na pauta. O Comitê de Bacias tem
 206 autonomia na sua área de atuação aquilo que é objetivo dele e que essa moção
 207 pode ser feita pelo próprio comitê e no meu entendimento não há necessidade
 208 de partir de uma posição do Conselho, mas como não está em pauta já fica
 209 apresentada a intenção para pauta da próxima reunião. Mas eu acho que fazer
 210 um Ofício ao Ministério Público é um meio mais curto e objetivo. **Alan** (SEDEN)
 211 somos os autores das ações da Bacia do Formoso e quanto a essa questão do
 212 Comitê de Bacia é bom estarmos presentes para responder algumas questões.
 213 Desde o início dessas ações nós sempre procuramos os comitês das bacias da
 214 região e inclusive toda audiência pública nós temos a palavra. Ele está vinculado
 215 ao nosso processo, trabalhou em todos os grupos de trabalho dessa ação e
 216 estamos surpresos de até hoje não ter instituído uma cobrança do uso hídrico ao
 217 que ali estabelece como atribuição do comitê. A gente não vê nenhuma
 218 interferência, ao contrário, a principal função dos comitês é atuar quando a
 219 utilização desses recursos coloca em risco o meio ambiente. O Ministério Público
 220 deseja que a gente não atue nesse tipo de questão, pois antes elas devem ser
 221 verificadas e quando se tem esses danos, as questões são submetidas ao
 222 Judiciário em última instância. Então é nesse sentido que o Ministério Público
 223 atua e a gente acredita que o ideal mesmo é que tudo isso seja objeto de
 224 discussão da demanda e colocação do meio ambiente como prioridade nos
 225 órgãos e nas instituições administrativas e não precisa ser judicialmente. **Davis**
 226 (CI-LAGO) quer registrar duas perguntas ao secretário com relação à aplicação
 227 do Fundo Estadual e Recursos Hídricos, lembrando que o fundo não paga nada
 228 e as ações estão lá sendo postergadas e outra coisa, eu e o colega do
 229 NATURATINS participamos de uma audiência pública na Assembleia, onde foi
 230 discutido sobre barragens e inclusive o recurso do fundo para ajudar nisso e da
 231 participação dos comitês nessa área. E com relação à questão do Formoso eu
 232 acho que o conselho não pode lavar as mãos e o que se percebe lá é que se vê
 233 ansiedade do colega quanto presidente é a fragilidade da gestão, por que se a
 234 gestão está plena lá do comitê então a gente dificilmente vai ser judicializado e
 235 é um alerta pra gente que nós estamos criando um comitê, pois se um comitê
 236 não é criado de forma completa com todos os instrumentos se o comitê tivesse
 237 sede, protocolo, um conjunto técnico a sua disposição conforme está na lei, pois
 238 ele é um órgão de Estado, ele precisa de um Decreto do Governador e do
 239 Presidente para que possa existir. Então não dá para ficar hoje sem os recursos
 240 necessários, eu vejo falta de solidarismo com o Jair quando temos problemas
 241 recorremos ao Ministério Público, pois o comitê não tem condições técnicas
 242 parra isso. Então a gente vê o Ministério Público como parceiro, pois se o comitê
 243 falha a estrutura de gerenciamento também está falhando, por que se tiverem
 244 condições plenas de discutir no comitê dificilmente chegaria aqui ou mesmo seria
 245 judicializado. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) uma observação sobre
 246 moção, esse Colegiado e esse Conselho tem uma credibilidade, ele precisa
 247 seguir o regimento interno. Até eu fiquei surpreso com a demanda do Comitê da
 248 Bacia do Rio Formoso, que tem sempre brigado para que essa questão passe
 249 pelo comitê e não fique na mão do judiciário, mas não pode chegar assim
 250 faltando meia hora para começar a reunião e entrar na pauta sem aprovação da

251 plenária. Uma moção dessa o conselho pode manifestar deliberando através de
 252 resolução. A moção tem que submeter a plenária para ser votada e
 253 principalmente tinha que estar em pauta, então o que pode ser sugerido aqui é
 254 que ela entre na próxima reunião para apreciação desse conselho, nós podemos
 255 deliberar através de resolução, aprovar a moção e submeter ao Ministério
 256 Público como sendo aprovação do conselho. Isso depois de votada pelos
 257 membros senão nós vamos quebrar o rito legal e a credibilidade. O assunto
 258 dessa moção não deveria nem estar em pauta, pois não faz parte da mesma.
 259 Poderia ter sido solicitado a inserção de pauta antes do início da palavra livre a
 260 discussão foi muito boa eu até solicito que seja colocado isso na pauta para
 261 próxima reunião. **Marcelo Falcão (NATURATINS)** sobre a pauta do colega com
 262 relação às barragens, nós criamos dentro do órgão ambiental um setor
 263 específico para segurança de barragens. É feito um monitoramento por esse
 264 setor onde tem cadastradas todas as barragens do Estado, já tem o
 265 levantamento técnico com as barragens que estão com potencial considerado
 266 alto, médio e baixo. As de índice alto já foram notificadas e está dentro do prazo,
 267 o Ministério Público já foi avisado também, pois trabalhamos em conjunto. E eu
 268 gostaria de dizer que está tudo sobre controle por parte do órgão ambiental do
 269 Estado. Segunda-feira tem curso do Estado oferecido pela gestão das águas que
 270 cuida do setor específico do Cadastro Nacional de Barragens, será para
 271 capacitar mais os técnicos para atuar nesse sentido. Eu gostaria também de
 272 parabenizar o Ministério Público pelo excelente trabalho que está sendo feito na
 273 região do Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão, nós participamos das
 274 audiências públicas e estamos participando ativamente das discussões de todo
 275 processo judicial que está em tramite naquela região. O NATURATINS tem
 276 cumprido as exigências não só determinadas, mas principalmente discutidas
 277 antes de determinadas. Existe sim no processo um diálogo entre todos os
 278 empreendedores, órgãos do Estado, do setor privado, Ministério Público e
 279 sistema judiciário no sentido de viabilizar a segurança ambiental necessária para
 280 outorga de água naquela região. Atualmente o NATURATINS participou na
 281 aquisição do sistema de convênio junto ao Instituto da UFT para cumprir a fase
 282 D de todo aquele processo que se refere à integração junto com o sistema de
 283 outorgas do Estado, Nacional e local. Nós temos hoje o sistema de alto nível que
 284 foi instalado na região que é um modelo para o Brasil e está sendo divulgado.
 285 Nós já temos solicitações de outros Estados do Brasil querendo conhecer esse
 286 sistema, monitoramento em tempo real feito pelo celular de qualquer pessoa que
 287 quiser ter o acesso e eu diria que se não fosse essa ação do Ministério Público
 288 e do Judicial local nós não conseguiríamos chegar a esse nível, por que todo
 289 mundo sabe do potencial econômico da região e da necessidade que toda
 290 população e até mesmo o Brasil tem daquela produção. Nós não podemos
 291 esquecer que se a gente pensar somente no aspecto econômico a gente não
 292 cumpre o tripé do desenvolvimento sustentável que é o ambiental, social e o
 293 econômico. Então quero parabenizar o Ministério Público por essa ação e dizer
 294 que o órgão ambiental do Estado, o NATURATINS, e também a Secretaria do
 295 Meio Ambiente continuem parceiros nas discussões que forem tomadas e o
 296 resultado será principalmente para as futuras gerações. É um Estado rico em
 297 recursos hídricos e por isso temos que estar preparados para monitorarmos toda
 298 a utilização desses recursos para não faltar hoje, amanhã e nem num futuro
 299 próximo. A fase D desse processo que é a revisão de todas essas outorgas eu
 300 acredito que nos próximos 15 (quinze) dias será assinado. É uma perspectiva

	Manoel Ribeiro de Souza Junior	
Associação Tocantinense de Municípios - ATM	José Augusto Bezerra Lopes	
	Dayana Aires Monteiro Cantuária	
Secretariado Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária - SEAGRO	César Hanna Halum	
	Antônio Cássio Oliveira Filho	
Secretaria da Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINF	Marcus Carlos Costa Santos	
	João Carlos Farençena	
Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ	Leandro Roeder	
	Linda Marta Arantes Beirigo	
Secretaria da Saúde - SES	Murilo Ribeiro Brito	
	Lisandra Pereira Pedro	
Procuradoria Geral do Estado - PGE	Fernanda Raquel Freitas de Sousa Rolim	
	Ana Flávia Ferreira Cavalcante	
Comunidade Científica	Leda Veronica Benevides D. Silva	
	Nelita Gonçalves Faria de Bessa	
Concessionária de Serviço Público de Abastecimento de Água - BRK Ambiental	Antonio Rodrigues da Silva Neto	
	Jéssica Lopes Cuevas	
Concessionária de Fornecimento de Energia Elétrica - Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Mauricio Teles Azevedo	
	Miguel Pinter Júnior	
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins - FAET	Carlos Ribeiro Soares	
	José Carlos Senhorini	
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET	Maria Guanamar Soares de Souza	
	Antônio Batista de Sá	
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO	Carlos Wagno Maciel Milhomem	
	José Roberto Fernandes	

Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da Bacia Hidrográfica do Médio Tocantins - CI - LAGO	Itamar da Silva Xavier	
	Ryan Diógenes Brasil Mendes Arruda	
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA - TO	Rodrigo Martins Ribeiro	
	Carlos Danger Ferreira e Silva	
Administração Hidroviária do Tocantins e Araguaia - AHITAR	Estela Maris Pereira de Sousa	
	Pedro Alves da Silva	
Organização Não Governamental – ONG/IDAHRA/GRUPO RAIZ DA TERRA	Ana Karolline Soares Alves	
	João Carlos Lopes	
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - SICS	Vilmar Carneiro Wanderley	
	Alan Rickson Andrade de Araújo	
Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	Antônio Davi Goveia Júnior	
	Marcos Antônio da Silva Júnior	
Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins	Davis Miranda de Souza	
	Jair da Costa Filho	
Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins	Agrest Bonival Silveira	
	Ayranan Leite Anunciação Suzuki	
Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins	Mário Sena Filho	
	Asafe Santa Barbara Gomes	
Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil	Geraldo da Conceição Primo	
	Alex Matos Fernandes	

Instituições Ausentes
Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins – AL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA - TO
Associação Tocantinense de Municípios - ATM
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A
Secretaria da Saúde – SES

Federação da Agricultura e Pecuária do estado do Tocantins - FAET
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO
Organização Não Governamental
Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento - SEFAZ
Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação - SEINF



SGD: 2019/39009/006555

